



Câmara Municipal de Eldorado do Sul
Av. Emancipação, 480 – Centro – CEP 92.990-000 – Fone/Fax: (51) 3481.3588
Gabinete do Vereador Fábio Leal



PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 013 DE 30 DE ABRIL DE 2014.

Altera a Lei Municipal 3.611 de 20 de dezembro de 2011, que estabelece normas para solicitação de inscrição, alteração nos cadastros e expedição de licenciamentos municipais referentes ao Alvará de Licença, Alvará Sanitário e Licenças Ambientais e suas renovações, e dá outras providências. .

Origem: Poder Legislativo

Art. 1º As alíneas “g” e “h” do inciso I do artigo 14 da Lei Municipal 3.611 de 20 de dezembro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14 (...)

I – (...)

g) Cópia do Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndios (APPCI) expedido pelo Corpo de Bombeiros;

(...)

j) Cópia da procuração do requerente ao o contador/contabilista;”



Câmara Municipal de Eldorado do Sul

Av. Emancipação, 480 – Centro – CEP 92.990-000 – Fone/Fax: (51) 3481.3588

Gabinete do Vereador Fábio Leal

Art. 2º O parágrafo 3º do inciso I do artigo 14 da Lei Municipal 3.611 de 20 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§3º. Quando o imóvel estiver localizado em área verde ou área pública de ocupação consolidada, deve ser concedido o alvará, até a regularização da área, desde que o interessado, para tanto, apresente a autorização de uso da área ou comprovante de residência e laudo técnico das condições do imóvel, realizado e subscrito por profissional habilitado.”

Art. 3º O inciso I do caput do artigo 14 da Lei Municipal 3.611 de 20 de dezembro de 2011, passa a vigorar acrescido do § 5º:

“Art 14 (...)

§ 5º Nos casos em que se tratar de domicílio fiscal ou ponto de referência deverá ser apresentada a declaração de ponto de referência com firma reconhecida em cartório, conforme formulário padrão (ANEXO II), e será dispensada a apresentação dos seguintes documentos:

I - Carta de habite-se, conforme previsão na alínea f do inciso I deste artigo;

II - Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndios (APPCI) conforme previsão na alínea g do inciso I deste artigo;

III - Laudo técnico das condições do imóvel, conforme previsto no § 3º deste artigo;”

Art. 4º Fica revogada a alínea “a” do inciso II do caput do artigo 14 da Lei Municipal 3.611 de 20 de dezembro de 2011.

Art. 5º Ficam revogadas as alíneas “e”, “f” e “l” do inciso III do artigo 16 da Lei Municipal 3.611 de 20 de dezembro de 2011.



Câmara Municipal de Eldorado do Sul

Av. Emancipação, 480 – Centro – CEP 92.990-000 – Fone/Fax: (51) 3481.3588

Gabinete do Vereador Fábio Leal

Art. 6º A alínea “p” do inciso III do artigo 16 da Lei Municipal 3.611 de 20 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16 (...)

III – (...)

p) Quando se tratar de empresas filiais deve ser apresentada a cópia da Autorização de Funcionamento da Empresa Matriz (AFE), atualizada, além dos demais documentos exigidos nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “m”, “n” e “o” deste inciso III;”

Art. 7º Ficam revogados os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 da alínea “p” do inciso III do artigo 16 da Lei Municipal 3.611 de 20 de dezembro de 2011.

Art. 8º O parágrafo 2º do artigo 17 da Lei Municipal 3.611 de 20 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§2º Quando se tratar de renovação do alvará de licença e do alvará sanitário é necessário a apresentação, apenas, do requerimento padrão acompanhado de cópia do alvará atual, do documento de identidade do titular ou representante legal, do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e do Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndios (APPCI).”

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, de 30 de abril de 2014

Vereador Proponente

Arquiteto Fábio Leal
Líder da Bancada - PDT



Câmara Municipal de Eldorado do Sul

Av. Emancipação, 480 – Centro – CEP 92.990-000 – Fone/Fax: (51) 3481.3588

Gabinete do Vereador Fábio Leal

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O presente projeto tem por objetivo tornar mais ágil a análise dos pedidos de inscrição, alteração nos cadastros e expedição de licenciamentos municipais referentes ao Alvará de Licença, Alvará Sanitário e Licenças Ambientais regulamentado pela Lei Municipal 3.611 de 20 de dezembro de 2011.

Neste projeto estamos propondo que seja dispensada a apresentação de carta de habite-se ou laudo técnico para casos onde o endereço utilizado é apenas um ponto de referência; estamos também propondo que a procuração juntada dos contadores ou contabilistas não necessite reconhecimento de firmas por tabeliões, resguardando neste caso a boa fé dos profissionais de contabilidade; também propomos que seja dispensada a apresentação de certidão de zoneamento para licenças concedidas a pessoas físicas; melhorando a redação de alguns artigos da lei, e suprimindo itens exigidos em duplicidade; e incluindo a apresentação de Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndios (APPCI) para a renovação de alvarás .

Somos todos sabedores das dificuldades para liberação de licenças de funcionamento de empresas e empreendimentos após a vigência desta lei, e estamos apresentando proposta de facilitação do processo, sem, contudo, dispensar a apresentação de documentos que realmente são necessários.

Conto com o apoio dos Nobres Edis para a aprovação desta proposição.

Atenciosamente

Arquiteto Fábio Leal
Líder da Bancada - PDT